

Aula 4 – O Governo João Goulart e as Reformas de Base

Você já se perguntou por que certos momentos da história parecem ter um peso tão grande no presente? O período do Governo João Goulart (1961-1964) é um desses marcos. Compreender essa fase não é apenas cumprir uma exigência acadêmica ou se preparar para um concurso; é mergulhar nas raízes de debates que ainda hoje ecoam em nossa sociedade, como a distribuição de terras, o papel do Estado na economia e a polarização política. É como entender o código-fonte de um programa complexo: sem ele, muitas funcionalidades atuais permanecem um mistério.

Nesta aula, vamos desvendar os eventos e as ideias que moldaram o Brasil na primeira metade dos anos 1960. Nosso objetivo é que, ao final, você seja capaz de analisar criticamente os desafios políticos e sociais enfrentados por João Goulart, identificar as propostas das Reformas de Base e compreender a complexa articulação dos setores conservadores que culminou na escalada da tensão pré-1964. Prepare-se para conectar pontos, entender motivações e perceber como as escolhas de ontem moldaram o cenário de hoje.

Para embarcar nesta jornada, vamos partir do ponto em que a renúncia de Jânio Quadros deixou o país em um vácuo de poder, abrindo caminho para a ascensão de João Goulart, um vice-presidente com um perfil político muito diferente do seu antecessor. Essa transição, longe de ser pacífica, foi o estopim para uma série de eventos que redefiniriam o futuro do Brasil.

A Campanha da Legalidade: Um País em Suspenso

Imagine que você está assistindo a um jogo de futebol decisivo, e de repente, um dos times se recusa a entrar em campo, alegando que as regras não serão seguidas. É mais ou menos essa a sensação que pairava no Brasil em agosto de 1961, após a inesperada renúncia do presidente Jânio Quadros. O vice-presidente, João Goulart, conhecido como Jango, estava em visita oficial à China e, constitucionalmente, deveria assumir a presidência. No entanto, setores militares e conservadores, temendo as inclinações políticas de Jango, resistiam à sua posse, ameaçando uma ruptura institucional.

Resistência à Posse

Setores militares e conservadores se opuseram à posse de João Goulart, temendo suas inclinações políticas e possíveis reformas.

Mobilização Popular

Brizola mobilizou a população gaúcha, utilizou a rádio da Assembleia Legislativa e chegou a armar civis para defender a ordem constitucional.

Defesa da Constituição

A Campanha da Legalidade foi um movimento de defesa intransigente da Constituição de 1946, que garantia a posse do vice-presidente.

Nesse cenário de incerteza e tensão, surgiu um movimento crucial: a Campanha da Legalidade. Liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola – cunhado de Jango –, a campanha defendia intransigentemente a Constituição de 1946, que garantia a posse do vice-presidente. Brizola mobilizou a população gaúcha, utilizou a rádio da Assembleia Legislativa para transmitir mensagens de resistência e chegou a armar a população civil para defender a ordem constitucional. Era um verdadeiro cabo de guerra entre a legalidade e a ameaça de um golpe.

A Campanha da Legalidade não foi apenas um ato político; foi um grito de defesa da democracia, um lembrete de que as regras do jogo devem ser respeitadas, mesmo quando os jogadores não agradam a todos. A mobilização popular e a firmeza de Brizola colocaram os militares e os setores conservadores em uma encruzilhada, forçando-os a buscar uma solução que evitasse um confronto direto e sangrento.

A Solução Parlamentarista: Um Acordo para Evitar o Caos

A pressão da Campanha da Legalidade e o risco iminente de uma guerra civil forçaram os atores políticos a buscar uma saída negociada. A solução encontrada foi a instauração de um regime parlamentarista, uma mudança drástica na forma de governo que alterava o equilíbrio de poder. Em vez de o presidente deter o poder executivo pleno, este seria compartilhado com um primeiro-ministro e um Conselho de Ministros, que seriam responsáveis perante o Congresso Nacional.

Essa manobra foi, na prática, uma forma de permitir a posse de João Goulart, mas com seus poderes significativamente reduzidos. Era como dar a chave de um carro a alguém, mas com a condição de que outra pessoa controlasse o volante e os pedais. Os militares e os setores conservadores viam no parlamentarismo uma "camisa de força" para Jango, uma maneira de conter suas supostas tendências "esquerdistas" e evitar as reformas que ele já sinalizava.



3

Primeiros-ministros

Em pouco mais de um ano de parlamentarismo, o Brasil teve três primeiros-ministros diferentes.

1

Ano de duração

O sistema parlamentarista durou apenas um ano, refletindo a instabilidade política do período.

Apesar de ser uma solução de compromisso, o parlamentarismo gerou uma instabilidade política crônica. O Brasil não tinha tradição nesse sistema, e a convivência entre um presidente eleito pelo voto popular e um primeiro-ministro nomeado pelo Congresso, muitas vezes com agendas conflitantes, era complexa. Houve três primeiros-ministros em pouco mais de um ano, refletindo a dificuldade de governar sob essa estrutura. Essa experiência nos mostra como, às vezes, soluções emergenciais podem criar novos problemas, especialmente quando não há um consenso genuíno sobre a direção do país.

O Retorno ao Presidencialismo: A Vontade Popular em Jogo

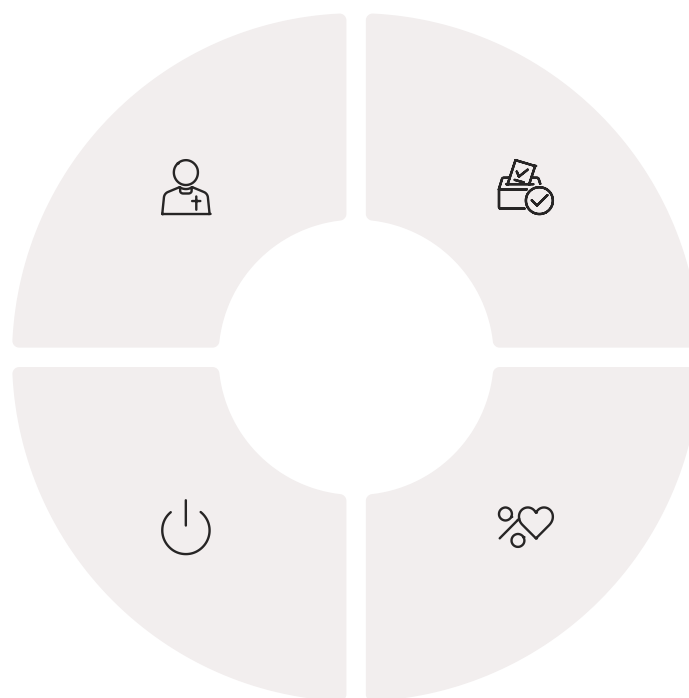
A solução parlamentarista, embora tenha evitado um conflito imediato, não trouxe a estabilidade esperada. Pelo contrário, a fragmentação do poder e a constante troca de primeiros-ministros geraram uma sensação de paralisia e ineficiência governamental. A população, que havia votado em Jango para presidente, sentia que sua escolha estava sendo desrespeitada, e a figura do presidente, que tradicionalmente encarna a liderança nacional, estava esvaziada.

Parlamentarismo

Sistema que limitava os poderes de Jango e gerava instabilidade política

Consequência

Jango recuperou seus poderes plenos, mas também reacendeu tensões políticas



Plebiscito

Consulta popular realizada em janeiro de 1963 para decidir o sistema de governo

Resultado

Mais de 80% dos eleitores votaram pelo retorno ao presidencialismo

Diante desse cenário de insatisfação e da percepção de que o parlamentarismo era um entrave ao desenvolvimento do país, João Goulart e seus aliados iniciaram uma forte campanha pela volta do presidencialismo. A ideia era realizar um plebiscito, uma consulta direta à população, para decidir qual sistema de governo o Brasil deveria adotar. Era uma aposta arriscada, mas Jango confiava na força de sua popularidade e na insatisfação geral com o modelo vigente.

Em janeiro de 1963, o plebiscito foi realizado, e o resultado foi avassalador: mais de 80% dos eleitores votaram pela volta do presidencialismo. Essa vitória expressiva deu a Jango a legitimidade e o poder que ele buscava para implementar seu programa de governo. No entanto, o retorno ao presidencialismo também significou o fim da "camisa de força" imposta pelos setores conservadores, reacendendo as tensões e aprofundando a polarização política. Era como um rio que, após ser represado, voltava a fluir com força total, mas agora em um terreno ainda mais acidentado.

A Radicalização Política: Dois Brasis em Confronto

Setores Progressistas

- Sindicatos e trabalhadores organizados
- Movimento estudantil e intelectuais
- Setores progressistas da Igreja Católica
- Ligas Camponesas e movimentos rurais
- Nacionalistas e defensores das reformas

Setores Conservadores

- Grandes proprietários de terra
- Empresários e setor financeiro
- Classe média tradicional
- Setores conservadores da Igreja
- Maioria das Forças Armadas

Com o retorno ao presidencialismo e o poder pleno em suas mãos, João Goulart sentiu-se fortalecido para avançar com as propostas que considerava essenciais para o desenvolvimento do Brasil: as Reformas de Base. Contudo, essa iniciativa não foi recebida com unanimidade. Pelo contrário, a sociedade brasileira daquele período estava profundamente dividida, e a polarização política atingiu níveis alarmantes, criando a sensação de que havia "dois Brasis" em rota de colisão.

De um lado, estavam os setores progressistas, sindicatos, estudantes, intelectuais e parte da Igreja, que apoiavam as reformas e viam nelas a chance de construir um país mais justo e igualitário. Eles acreditavam que as mudanças estruturais eram necessárias para superar o atraso e as profundas desigualdades sociais. Do outro lado, havia uma forte oposição composta por grandes proprietários de terra, empresários, setores conservadores da Igreja, a classe média e grande parte das Forças Armadas. Esses grupos temiam que as reformas levassem o país ao "comunismo" e ameaçassem seus privilégios e a ordem estabelecida.

Essa radicalização não era apenas um debate de ideias; ela se manifestava em grandes mobilizações de rua, discursos inflamados e uma crescente desconfiança entre os diferentes grupos sociais. Era como se o país estivesse em um jogo de cabo de guerra, com cada lado puxando com todas as suas forças, sem espaço para o diálogo ou o consenso. A imprensa, por sua vez, muitas vezes assumia um lado, amplificando as tensões e contribuindo para a atmosfera de crise.

As Reformas de Base: O Sonho de um Brasil Mais Justo

No cerne da polarização política do governo João Goulart estavam as chamadas **Reformas de Base**. Essas propostas não eram apenas um conjunto de leis; elas representavam uma visão de país, um projeto de desenvolvimento que buscava modernizar o Brasil e corrigir as profundas desigualdades sociais e econômicas que o caracterizavam. Jango e seus apoiadores acreditavam que, sem essas mudanças estruturais, o país não conseguiria avançar de forma sustentável.



Reforma Agrária

Redistribuição de terras improdutivas para famílias de trabalhadores rurais, com indenização em títulos da dívida pública.



Reforma Urbana

Combate à especulação imobiliária e garantia do direito à moradia digna através de planejamento urbano inclusivo.



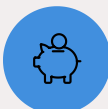
Reforma Educacional

Universalização do acesso à educação, combate ao analfabetismo e valorização dos professores.



Reforma Eleitoral

Extensão do direito de voto aos analfabetos e aos sargentos das Forças Armadas.



Reforma Bancária

Regulamentação do sistema financeiro para direcionar recursos ao desenvolvimento nacional.



Reforma Tributária

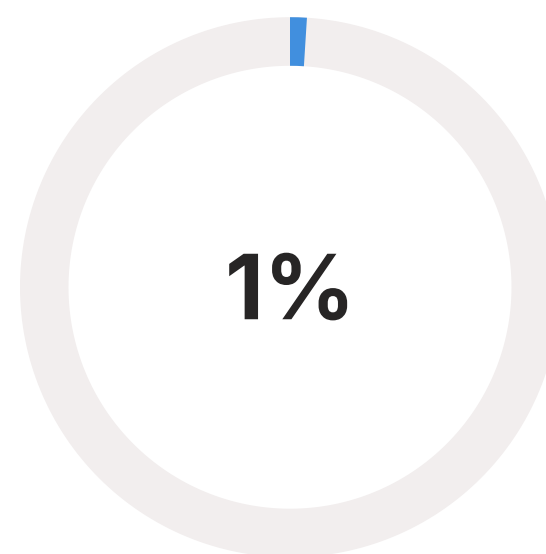
Redistribuição da carga fiscal para torná-la mais progressiva e justa.

A ideia central por trás dessas reformas era promover uma maior distribuição de renda e oportunidades, democratizar o acesso a bens e serviços essenciais e fortalecer o papel do Estado no planejamento e na condução do desenvolvimento. Para os defensores, era a chance de construir um Brasil mais moderno e menos desigual. Para os opositores, representava uma ameaça à propriedade privada, à liberdade econômica e, em última instância, à própria ordem social. Essa dicotomia de visões é fundamental para entender o clima de tensão que se instalou no país.

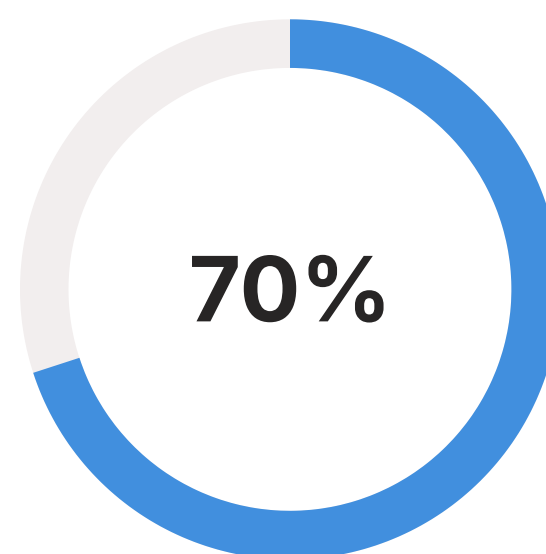
Reforma Agrária: Terra para Quem Nela Trabalha?

Entre as Reformas de Base, a **Reforma Agrária** era, sem dúvida, a mais polêmica e a que gerava maior resistência. O Brasil daquela época era um país predominantemente rural, com uma concentração de terras gigantesca: poucos latifundiários possuíam vastas extensões de terra, enquanto milhões de camponeses viviam sem acesso à propriedade ou em condições de extrema pobreza. Essa estrutura fundiária arcaica era vista como um dos principais entraves ao desenvolvimento e uma fonte de injustiça social.

A proposta de reforma agrária de João Goulart previa a desapropriação de terras improdutivas localizadas às margens de rodovias, ferrovias e rios, para fins de reforma agrária. A indenização aos proprietários seria feita em títulos da dívida pública, com cláusula de correção monetária, e não em dinheiro vivo, o que gerava grande descontentamento entre os latifundiários. O objetivo era redistribuir essas terras para famílias de trabalhadores rurais, promovendo a produção de alimentos e fixando o homem no campo.



Dos proprietários detinham quase metade das terras do país



Da população rural não possuía terras próprias

"A reforma agrária não é apenas uma questão econômica, mas uma questão de justiça social. Terra para quem nela trabalha!"

Essa proposta era como tentar redesenhar um mapa de propriedades que havia sido traçado há séculos, sem considerar a justiça social. Para os camponeses e movimentos sociais, era a promessa de dignidade e autonomia. Para os grandes proprietários de terra, era uma ameaça direta à sua riqueza e poder, vista como um "confisco" e um passo em direção ao socialismo. A discussão sobre a função social da propriedade, prevista na Constituição, ganhava contornos dramáticos e inflamava os debates em todo o país.

Reforma Urbana e Educacional: Cidades e Conhecimento para Todos



Problema Urbano

Crescimento desordenado das cidades, com favelas e moradias precárias se multiplicando

Acesso limitado à infraestrutura básica e serviços essenciais

Especulação imobiliária descontrolada



Reforma Urbana

Desapropriação de terrenos ociosos para construção de moradias populares

Regulamentação do uso do solo urbano

Planejamento mais justo e inclusivo das cidades



Objetivo Final

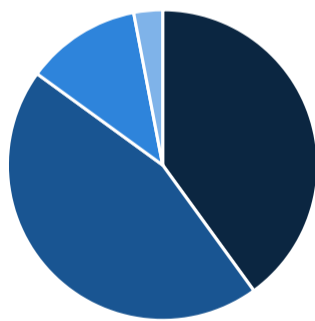
Garantir o direito à moradia digna para todos os brasileiros

Reduzir as desigualdades sociais no espaço urbano

Criar cidades mais humanas e acessíveis

Reforma Educacional

Paralelamente, a **Reforma Educacional** buscava universalizar o acesso à educação e combater o analfabetismo, que ainda era altíssimo no país. A proposta incluía a expansão da rede pública de ensino, a valorização do professor e a revisão dos currículos para torná-los mais alinhados às necessidades do desenvolvimento nacional. Era um esforço para acender mais luzes em um país onde grande parte da população vivia na escuridão do desconhecimento.



■ Analfabetos

■ Ensino Primário

■ Ensino Secundário

■ Ensino Superior



A ideia era que a educação não fosse um luxo, mas um direito fundamental, essencial para a cidadania e o progresso. A reforma educacional proposta por Jango visava democratizar o conhecimento, permitindo que todos os brasileiros, independentemente de sua origem social, tivessem acesso a uma formação de qualidade.

Tanto a reforma urbana quanto a educacional enfrentavam resistências, especialmente de setores que se beneficiavam do status quo. Proprietários de imóveis e construtoras viam a reforma urbana como uma intervenção excessiva do Estado, enquanto grupos conservadores temiam que a reforma educacional trouxesse ideias "subversivas" para as salas de aula.

Reforma Eleitoral: A Voz do Povo no Voto

A democracia, para ser plena, precisa garantir que a voz de todos os cidadãos seja ouvida. No Brasil da década de 1960, o sistema eleitoral ainda possuía barreiras significativas que impediam a participação de grande parte da população, especialmente os mais pobres e os analfabetos. A **Reforma Eleitoral** proposta por João Goulart visava justamente ampliar essa participação e tornar o processo político mais representativo.

1

Extensão do Direito de Voto

A proposta mais polêmica era permitir que analfabetos pudessem votar, o que incluiria milhões de brasileiros no processo eleitoral, principalmente nas áreas rurais.

2

Voto para Militares

Sargentos e suboficiais das Forças Armadas também ganhariam direito ao voto, o que era visto pelos conservadores como uma ameaça à hierarquia militar.

3

Democratização do Processo

O objetivo era tornar o sistema eleitoral mais inclusivo e representativo, permitindo que mais cidadãos participassem das decisões políticas do país.

4

Resistência Conservadora

Setores conservadores argumentavam que analfabetos seriam facilmente manipulados e que a inclusão de militares de baixa patente desorganizaria a hierarquia das Forças Armadas.

Uma das propostas mais debatidas era a extensão do direito de voto aos analfabetos e aos sargentos e suboficiais das Forças Armadas. Naquela época, a capacidade de ler e escrever era um pré-requisito para votar, o que excluía milhões de brasileiros, principalmente nas áreas rurais. Jango defendia que a cidadania não deveria ser condicionada à alfabetização, e que todos deveriam ter o direito de escolher seus representantes. Era como abrir as portas de um clube exclusivo para que mais pessoas pudessem participar das decisões.

Essa proposta gerou forte oposição dos setores conservadores, que argumentavam que os analfabetos seriam facilmente manipulados e que a inclusão de militares de baixa patente no processo eleitoral poderia desorganizar a hierarquia das Forças Armadas. O debate sobre a reforma eleitoral expôs a tensão entre a busca por uma democracia mais inclusiva e o medo de que a ampliação do voto pudesse alterar o equilíbrio de poder e favorecer as forças de esquerda. A discussão sobre quem tinha o direito de votar era, no fundo, uma discussão sobre quem tinha o direito de decidir os rumos do país.

A Articulação dos Setores Conservadores: O Medo da Mudança

Enquanto João Goulart e seus apoiadores defendiam a necessidade das Reformas de Base para modernizar o país, uma poderosa frente de oposição se articulava, movida pelo medo das mudanças e pela defesa de seus interesses. Essa frente era composta por uma complexa rede de atores: grandes empresários, latifundiários, setores conservadores da Igreja Católica, a classe média urbana e, crucialmente, parte significativa das Forças Armadas. Eles viam nas reformas não um caminho para o progresso, mas uma ameaça à ordem social, à propriedade privada e, em sua visão, à própria civilização ocidental.

O discurso anticomunista era a principal bandeira dessa articulação. Em um contexto de Guerra Fria, qualquer proposta de reforma social ou de maior intervenção estatal era rapidamente rotulada como "comunista" ou "subversiva".



1964

Ano decisivo

Culminação da articulação conservadora contra o governo Jango

500K

Manifestantes

Estimativa de participantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade

Essa retórica era eficaz para mobilizar a classe média, que temia perder seu status e seus bens, e para justificar a intervenção militar como uma "salvaguarda" contra a "ameaça vermelha". Era como um alarme de incêndio que tocava incessantemente, mesmo quando o fogo ainda era apenas uma faísca, criando um pânico generalizado.

Formação de grupos anticomunistas

Organizações como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foram criadas para combater o "perigo comunista".

Mobilizações de rua

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade reuniu centenas de milhares de pessoas contra o governo.

1

2

3

4

Campanhas midiáticas

Jornais, rádios e revistas de grande circulação publicavam constantemente matérias alarmistas sobre o governo Jango.

Conspiração militar

Nos bastidores, militares e civis planejavam a derrubada do governo constitucional.

Essa articulação não se limitava a discursos. Ela se manifestava em campanhas de mídia massivas, financiamento de movimentos de oposição (como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade), lobby político intenso e, nos bastidores, a conspiração militar. A elite econômica e política do país via em Jango um líder fraco ou, pior, um traidor que estaria abrindo as portas para o comunismo. A tensão aumentava a cada dia, e o diálogo se tornava cada vez mais difícil.

O Papel dos Militares e Empresários: Guardiões da Ordem?

Dentro da articulação conservadora, dois grupos exerciam um papel de destaque e, por vezes, decisivo: os militares e os empresários. As Forças Armadas, que já haviam intervindo na política brasileira em outros momentos, viam-se como as guardiãs da ordem e da Constituição. No entanto, essa "ordem" era interpretada de forma particular por diferentes facções dentro dos quartéis. Enquanto alguns defendiam a legalidade, outros, influenciados pela doutrina de segurança nacional e pelo anticomunismo da Guerra Fria, consideravam as Reformas de Base e o governo Jango uma ameaça à segurança interna do país.

Militares

- Viam-se como guardiões da ordem constitucional
- Influenciados pela doutrina de segurança nacional
- Temiam a "subversão" e o "comunismo"
- Divididos entre legalistas e golpistas
- Preocupados com a quebra da hierarquia militar

Empresários

- Representavam o poder econômico
- Temiam as reformas e a perda de privilégios
- Financiavam campanhas de oposição
- Preocupados com a instabilidade econômica
- Viam os sindicatos como ameaça aos seus interesses

Essa aliança entre setores militares e empresariais não era nova na história brasileira, mas naquele momento, ela se tornou particularmente forte e coesa. Era como se dois pilares de poder – a força e o capital – se unissem para sustentar um lado da balança política.

Os empresários, por sua vez, representavam o poder econômico. Temiam que as reformas, especialmente a agrária e a urbana, afetassem seus lucros e a propriedade privada. Além disso, viam com desconfiança a crescente influência de sindicatos e movimentos sociais, que apoiavam Jango. Para eles, a instabilidade política e as propostas de mudança radical eram um risco para os investimentos e para o crescimento econômico. Muitos empresários financiaram campanhas de oposição e movimentos anticomunistas, buscando desestabilizar o governo e proteger seus interesses.

A narrativa de que o Brasil estava à beira de um "golpe comunista" era convenientemente utilizada para justificar a necessidade de uma "intervenção" que, na prática, visava preservar o *status quo* e os privilégios de uma minoria.

A Mídia e a Guerra Fria: Amplificando a Tensão



Em um cenário de polarização tão intensa, a mídia desempenhou um papel fundamental, atuando não apenas como informadora, mas muitas vezes como um ator político ativo. Grandes veículos de comunicação da época, como jornais e rádios, alinharam-se majoritariamente aos setores conservadores, utilizando sua influência para amplificar o discurso anticomunista e desacreditar o governo João Goulart e as Reformas de Base.

A Guerra Fria, o conflito ideológico entre Estados Unidos e União Soviética, servia como pano de fundo para essa narrativa. O Brasil, como parte da esfera de influência ocidental, era bombardeado por uma propaganda que associava qualquer movimento de esquerda ou reforma social ao "perigo vermelho". A mídia brasileira, em grande parte, ecoava essa propaganda, criando um clima de medo e histeria coletiva. Era como um poderoso megafone que, em vez de informar com neutralidade, gritava mensagens de alerta e pânico, influenciando a opinião pública de forma decisiva.

Notícias sobre greves, manifestações populares e propostas de reforma eram frequentemente apresentadas de forma alarmista, como evidências de uma "subversão" em curso.

90%

Grandes jornais

Percentual aproximado dos principais veículos de comunicação que se opunham ao governo Jango

24/7

Cobertura

Notícias alarmistas sobre o "perigo comunista" eram veiculadas constantemente



Cobertura Tendenciosa

Jornais e rádios apresentavam as propostas de Jango como "comunistas" ou "subversivas"



Clima de Medo

A propaganda anticomunista criava um ambiente de histeria e pânico na população



Opinião Pública

A manipulação midiática influenciava a percepção popular sobre o governo e suas propostas



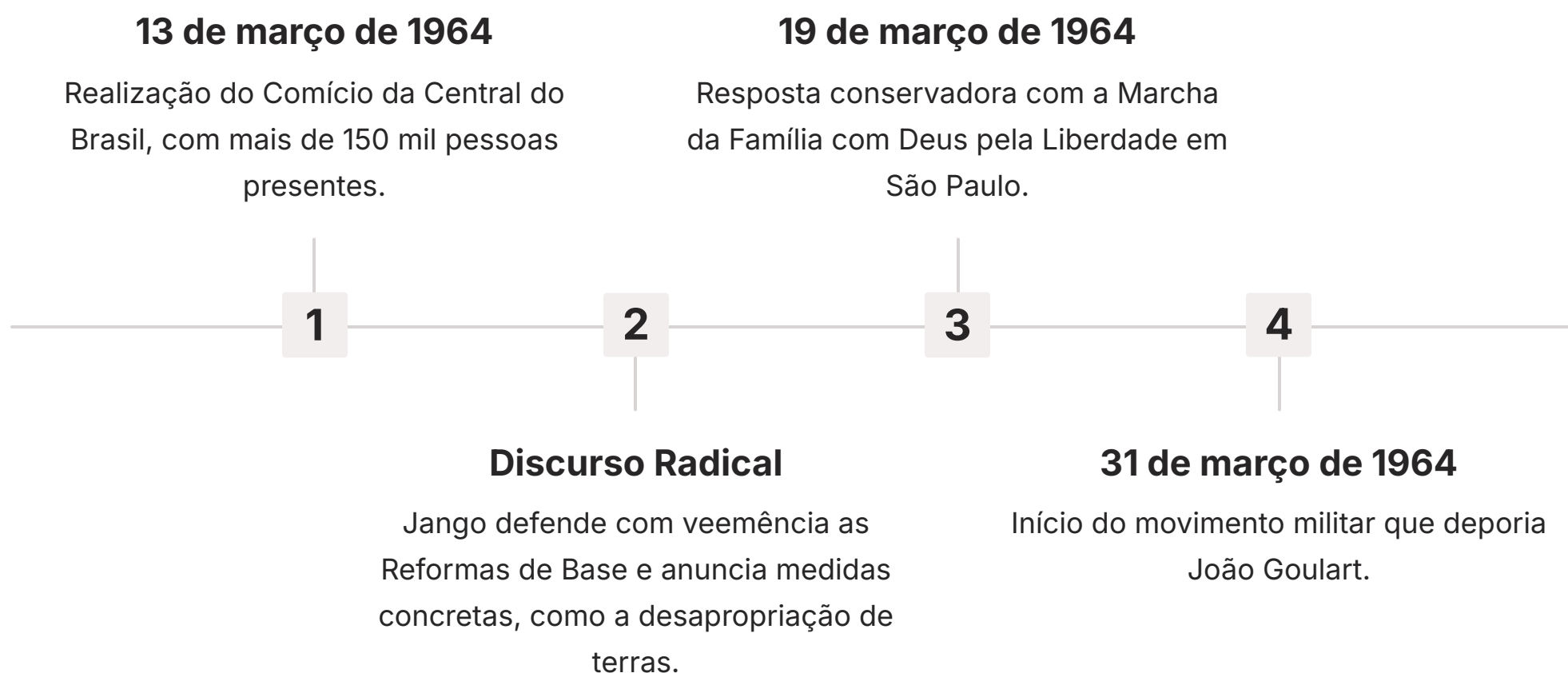
Desestabilização

A campanha midiática contribuiu para minar a legitimidade do governo Jango

Editoriais e colunas de opinião atacavam Jango e seus ministros, acusando-os de serem fracos ou de estarem a serviço de interesses estrangeiros. Essa campanha midiática contribuiu significativamente para minar a legitimidade do governo e preparar o terreno para a aceitação de uma intervenção militar por parte de setores da sociedade. A manipulação da informação e a construção de narrativas polarizadas são lições importantes desse período, que ressoam até hoje.

O Comício da Central do Brasil: O Ponto de Não Retorno

A tensão política atingiu seu ápice em 13 de março de 1964, com o **Comício da Central do Brasil**, no Rio de Janeiro. João Goulart, sentindo-se encurralado pela oposição e pela campanha de desestabilização, decidiu fazer um movimento ousado: convocou um grande comício popular para reafirmar seu compromisso com as Reformas de Base e buscar o apoio direto das massas. Mais de 150 mil pessoas, entre trabalhadores, estudantes e camponeses, lotaram a Praça da República para ouvir o presidente.



Trechos do Discurso de Jango

"O povo brasileiro sabe que o governo somente poderia tomar estas iniciativas quando estivesse efetivamente disposto a enfrentar as forças reacionárias e conservadoras."

"Não há ameaça mais séria à democracia do que a miséria e a fome. Não há ameaça mais séria à democracia do que a desigualdade social."

No seu discurso, Jango radicalizou o tom. Ele defendeu com veemência as reformas, anunciou a desapropriação de terras às margens de rodovias e ferrovias (um dos pontos mais sensíveis da reforma agrária) e a nacionalização de refinarias de petróleo. Além disso, criticou abertamente os setores conservadores e a imprensa oposicionista, conclamando o povo a apoiar as mudanças. Era um desafio direto aos seus oponentes, uma demonstração de força e uma tentativa de retomar a iniciativa política.

Para os apoiadores, o comício foi um momento de esperança e reafirmação da soberania popular. Para os opositores, no entanto, foi a prova cabal de que Jango estava se aliando às forças "subversivas" e caminhando para o comunismo. O discurso foi interpretado como uma declaração de guerra, um sinal de que o presidente estava disposto a romper com a ordem estabelecida para implementar suas reformas. O Comício da Central do Brasil se tornou, assim, um divisor de águas, o ponto de não retorno que precipitaria os eventos que levariam ao golpe de 1964.

A Escalada da Tensão e o Caminho para o Golpe

Após o Comício da Central do Brasil, a polarização atingiu um ponto insustentável. A resposta dos setores conservadores não demorou a vir. Seis dias depois, em 19 de março de 1964, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por setores da Igreja, empresários e a classe média, reuniu centenas de milhares de pessoas em São Paulo, em um protesto massivo contra o governo Jango e o "perigo comunista". Essa marcha foi um contraponto direto ao comício da Central, mostrando a força da oposição e a divisão profunda da sociedade.

A partir daí, os eventos se precipitaram. A conspiração militar, que já vinha sendo gestada há meses, ganhou força. Setores das Forças Armadas, com o apoio de empresários, políticos conservadores e parte da mídia, intensificaram os planos para depor João Goulart. A retórica de "salvação nacional" e de "combate ao comunismo" justificava a iminente ruptura democrática. Era como um trem em alta velocidade, cujos freios haviam falhado, e a colisão parecia inevitável.



500K

Manifestantes

Estimativa de participantes na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo

6

Dias

Intervalo entre o Comício da Central do Brasil e a resposta conservadora com a Marcha

Rebelião dos Marinheiros

Em 25 de março, marinheiros e fuzileiros navais se rebelaram no Rio de Janeiro, exigindo melhores condições e direitos. Jango negociou com os rebeldes, o que foi visto como mais uma prova de sua "conivência com a indisciplina".

Discurso no Automóvel Clube

Em 30 de março, Jango fez um discurso para sargentos e suboficiais no Automóvel Clube, defendendo as reformas e criticando a hierarquia militar. Para os conspiradores, foi o sinal verde para agir.

Movimento Militar

Na madrugada de 31 de março, tropas lideradas pelo general Olímpio Mourão Filho saíram de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, iniciando o movimento que deporiam João Goulart.

A crise política se aprofundou com a rebelião de sargentos e marinheiros, que exigiam melhores condições e o reconhecimento de seus direitos políticos. Jango tentou negociar, mas a oposição viu no episódio mais uma prova da "quebra de hierarquia" e da "indisciplina" nas Forças Armadas, alimentando o discurso golpista. O cenário estava montado para a intervenção militar. A história do Governo João Goulart e das Reformas de Base é, portanto, a história de um projeto de país que colidiu com forças poderosas, culminando em uma das maiores rupturas institucionais da história brasileira.

Em Prática: Compreendendo o Legado de Jango

Chegamos ao fim da nossa jornada pelo Governo João Goulart e as Reformas de Base. Vimos como a Campanha da Legalidade garantiu a posse de Jango, mas a solução parlamentarista reduziu seus poderes, forçando um plebiscito que o trouxe de volta ao presidencialismo pleno. Essa ascensão, no entanto, intensificou a polarização em torno das ambiciosas Reformas de Base – agrária, urbana, educacional e eleitoral – que visavam transformar o Brasil. Percebemos como a articulação de setores conservadores, militares e empresariais, impulsionada pelo medo do comunismo e pela defesa de seus interesses, criou um clima de tensão insustentável, amplificado pela mídia. O Comício da Central do Brasil foi o ponto de inflexão, selando o destino de um governo que, apesar de suas propostas progressistas, não conseguiu resistir à escalada que culminaria no Golpe de 1964.

Em prática

A compreensão desse período é fundamental para analisar as raízes de muitos dos desafios sociais e políticos que o Brasil enfrenta hoje, desde a questão agrária até a polarização ideológica. Permite-nos entender a complexidade das transições democráticas e a importância do diálogo e do respeito às instituições.

Autoavaliação

- 1** Qual foi o principal objetivo da Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, em 1961?
 1. Implementar imediatamente as Reformas de Base propostas por João Goulart.
 2. Defender a posse de João Goulart como presidente, conforme a Constituição.
 3. Promover a instauração de um regime parlamentarista no Brasil.
 4. Organizar um plebiscito para decidir sobre o retorno ao presidencialismo.
- 2** A solução parlamentarista adotada após a posse de Jango visava, principalmente:
 1. Fortalecer os poderes do presidente João Goulart para implementar suas reformas.
 2. Evitar um conflito armado, mas com a intenção de limitar os poderes de Jango.
 3. Modernizar o sistema político brasileiro, inspirando-se em modelos europeus.
 4. Atender a uma demanda popular por maior participação do Congresso na governança.
- 3** Qual das Reformas de Base propostas por João Goulart foi a mais controversa e gerou maior resistência dos latifundiários?
 1. Reforma Educacional
 2. Reforma Urbana
 3. Reforma Eleitoral
 4. Reforma Agrária
- 4** O Comício da Central do Brasil, em março de 1964, é considerado um marco na escalada da tensão política porque:
 1. Marcou a renúncia de João Goulart, abrindo caminho para o golpe.
 2. Foi um evento de conciliação entre o governo e a oposição.
 3. O presidente radicalizou seu discurso em defesa das reformas, desafiando a oposição.
 4. Resultou na aprovação imediata de todas as Reformas de Base pelo Congresso.
- 5** Explique, em poucas linhas, como a articulação entre militares e empresários contribuiu para a desestabilização do governo João Goulart.

Gabarito da Autoavaliação

1

Resposta: b)

Defender a posse de João Goulart como presidente, conforme a Constituição.

A Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, tinha como objetivo principal garantir que a Constituição fosse respeitada, permitindo que João Goulart, então vice-presidente, assumisse a presidência após a renúncia de Jânio Quadros, apesar da resistência de setores militares e conservadores.

2

Resposta: b)

Evitar um conflito armado, mas com a intenção de limitar os poderes de Jango.

O parlamentarismo foi uma solução de compromisso que permitiu a posse de Jango, mas reduziu significativamente seus poderes, funcionando como uma "camisa de força" imposta pelos setores conservadores para conter suas supostas tendências "esquerdistas".

3

Resposta: d)

Reforma Agrária

A Reforma Agrária foi a mais controversa das Reformas de Base, pois ameaçava diretamente os interesses dos grandes proprietários de terra, prevendo a desapropriação de terras improdutivas e sua redistribuição para trabalhadores rurais.

4

Resposta: c)

O presidente radicalizou seu discurso em defesa das reformas, desafiando a oposição.

No Comício da Central do Brasil, Jango adotou um tom mais radical, defendendo veementemente as Reformas de Base e anunciando medidas concretas, como a desapropriação de terras, o que foi interpretado pelos opositores como uma prova de suas intenções "subversivas".

Resposta da Questão 5:

A articulação entre militares e empresários foi crucial para a desestabilização do governo Jango. Os militares, influenciados pela doutrina de segurança nacional e pelo anticomunismo, viam as reformas e o governo como uma ameaça à ordem. Os empresários, por sua vez, temiam a perda de privilégios e o impacto das reformas em seus negócios. Essa aliança, muitas vezes financiada por empresários, utilizou a retórica anticomunista para justificar a necessidade de uma intervenção, minando a legitimidade do governo e preparando o terreno para o golpe.



Conexão com a Próxima Aula e Recursos Adicionais

Conexão com a Próxima Aula:

Nesta aula, vimos como as tensões se acumularam e o país se dividiu. Na **Aula 5 – O Golpe de 1964: A Ruptura Institucional**, exploraremos os eventos que levaram à queda de João Goulart e o início de um novo e longo período na história do Brasil.

Recursos Adicionais:



Livro

"1964: O Golpe" de Elio Gaspari (para aprofundar nos bastidores políticos).



Documentário

"Jango" de Silvio Tendler (para uma perspectiva visual e emocional do período).



Artigos acadêmicos

Busque por "novas interpretações golpe 1964" em bases de dados como Scielo ou Google Scholar (para análises historiográficas atualizadas).



NOTA IMPORTANTE

As informações históricas e análises apresentadas nesta aula estão atualizadas até 2025, incorporando debates historiográficos recentes. Consulte sempre fontes acadêmicas e documentais validadas para aprofundamento e verificação.